





# PANATLÂNTICA IND. E COM. DE TUBOS S/A

CNPJ nº 03.684.007/0001-68

## Relatório da Administração

Senhores Acionistas, cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Srs. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Nossos agradecimentos aos acionistas, usinas siderúrgicas, fornecedores em geral, clientes, instituições financeiras e em especial aos funcionários, que tornaram possíveis os resultados obtidos pela Empresa neste exercício. Caxias do Sul, 08 de Março de 2019.

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2018	2017
<b>Circulante</b>		<b>183.996</b>	<b>165.196</b>	<b>Circulante</b>		<b>62.398</b>	<b>58.447</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		26.600	33.926	Fornecedores		54.499	49.480
Duplicatas a receber		61.510	61.204	Obrigações Sociais		3.173	3.091
Estoque	4	65.605	44.343	Obrigações Tributárias		371	385
Impostos a Recuperar		22.758	24.218	Empréstimos e Financiamentos	7	3.494	4.297
Outros Créditos		7.523	1.504	Outras Obrigações		861	1.194
<b>Não Circulante</b>		<b>102.308</b>	<b>96.630</b>	<b>Não Circulante</b>		<b>5.587</b>	<b>3.301</b>
Realizável a Longo Prazo		8.364	7.723	Fornecedores a Pagar		163	501
Partes Relacionadas		7.525	6.640	Empréstimos e Financiamentos	7	4.902	2.408
Depósitos Judiciais		198	291	Provisão para Contingências		522	392
Outros Créditos		641	793	<b>Patrimônio Líquido</b>	8	<b>218.319</b>	<b>200.077</b>
Investimentos	5	33.195	28.688	Capital Social		130.000	130.000
Imobilizado	6	59.943	59.977	Reserva de Lucros		88.319	70.077
Intangível	6	805	261	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>286.304</b>	<b>261.825</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>286.304</b>	<b>261.825</b>				

\*As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.\*

	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido Total
		Reserva Legal	Reserva de Lucros a Destinar		
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>130.000</b>	-	<b>60.091</b>	-	<b>190.091</b>
Lucro do Exercício	-	-	-	9.986	9.986
<b>Destinação de Lucros</b>					
Transf. p/ Res. de Lucros a Destinar	-	-	9.986	(9.986)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>130.000</b>	-	<b>70.077</b>	-	<b>200.077</b>
Lucro do Exercício	-	-	-	18.242	18.242
<b>Destinação de Lucros</b>					
Reserva Legal	-	912	-	(912)	-
Transf. p/ Res. de Lucros a Destinar	-	-	17.330	(17.330)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>130.000</b>	<b>912</b>	<b>87.407</b>	-	<b>218.319</b>

\*As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.\*

### Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 (Em Reais)

**1. Contexto Operacional:** A Panatlântica Indústria e Comércio de Tubos S.A é uma Sociedade Anônima, estabelecida no Brasil e com sede e principal local de negócios em Caxias do Sul - RS, na BRST 453, Km 80, inscrita no CNPJ 03.684.007/0001-68, tendo como sócia majoritária a empresa Panatlântica S.A, com sede Rua Rudolfo Vontobel nº 600 na cidade de Gravatá / RS. A Empresa atua na industrialização e prestação de serviços nos segmentos de produtos de aço (tubos, chapas, perfis e outros), atendendo principalmente as indústrias do seguimento automotivo, de móveis e da construção civil, instalações comerciais e industriais. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Empresa está detalhado na nota explicativa nº 3. A Diretoria da Empresa aprovou estas demonstrações financeiras em 25 de janeiro de 2019. **3. Principais Práticas Contábeis:** **3.1 Bases de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o numeral mais próximo. **3.3 Estimativas contábeis:** Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do ativo imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **3.4 Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: • a Empresa transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; • o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; • é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Empresa; • os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. **3.5 Ativos circulante e não circulante:** • Caixa e equivalentes de caixa - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, que se aproximam de seus valores justos. • Duplicatas a receber - Os saldos de duplicatas a receber são registrados pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e reduções ao seu valor presente na data do balanço patrimonial. A necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa é avaliada com base na experiência passada de inadimplência da Empresa e da análise da situação financeira atual de cada devedor. • Estoques - Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio ponderado. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. • Imobilizado - Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos da depreciação e perdas pela não recuperabilidade acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os serviços profissionais utilizados na construção do ativo. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. Para as demais classes do ativo imobilizado, a depreciação é calculada pelo método linear as taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. • Intangível - Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável

acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. **3.6 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** No fim de cada exercício, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Empresa calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera as entradas de caixa, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou de grupos de ativos. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **3.7 Instrumentos financeiros:** A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: a) mensurados ao valor justo por meio do resultado, b) mensurados ao custo amortizado ou c) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os passivos financeiros são classificados como mensurados de acordo com sua natureza ou finalidade. **3.8 Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, em que seja possível estimar os valores e seja provável que um recurso econômico será requerido para saldar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. **3.9 Imposto de Renda e Contribuição Social:** Impostos correntes - A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício (15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de

	Tx	Em 31/12/2017	Adição	Baixa	Transf.	Deprec.	Em 31/12/2018
Terrenos	0,0%	1.061	-	-	-	-	1.061
Edifícios	1,1%	15.459	433	(5)	238	(585)	15.545
Máq. e Equip.	6,9%	42.212	4.143	(-)	-	(4.188)	42.116
Comp. e Perif.	12,6%	248	69	-	-	(98)	219
Móveis e Utens.	7,2%	677	211	(3)	-	(117)	768
Veículos	10,8%	238	212	(42)	-	(18)	212
Imobil. And.	0,0%	238	827	(-)	(238)	-	825
Intangível	11,7%	261	827	-	-	(283)	805
<b>Total</b>		<b>60.238</b>	<b>5.896</b>	<b>(97)</b>	<b>-</b>	<b>(5.289)</b>	<b>60.748</b>

**Nota 7. Empréstimo e financiamento:** Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos representam o seu valor justo, pois os encargos estão reconhecidos pro-rata.

Banco	Modalidade	Taxa de Juros	Vencimento Final	Valor Curto Prazo	Valor Longo Prazo
Banrisul	Finame	6,0% a.a.	23/11/2019	140	-
Banrisul	Finame	6,0% a.a.	29/02/2020	143	24
Banrisul	Finame	4,28% a.a.	18/06/2023	1.333	4.667
Itaú	Finame	9,5% a.a.	17/07/2020	362	211
Itaú	Giro	13,67% a.a.	06/05/2019	1.516	-
<b>Total</b>				<b>3.494</b>	<b>4.902</b>

**Nota 8. Patrimônio Líquido:** Capital Social. O capital subscrito está representado por 130.000.000 ações ordinárias e nominativas no valor total de R\$ 130.000.000,00, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no País.

Conselho de Administração		
Raul Maselli - Presidente	Armando Santa Maria	Maurício Antonio Maselli
Diretoria		
Valdecir Bersaghi	Reinaldo Rech Filho	
Contador		
Marcelo Rodrigues Torres - CRC/RS 062.656/O-9 - CPF 620.971.210-04		

### Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores de PANATLÂNTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TUBOS S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da PANATLÂNTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TUBOS S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e Demonstração do Valor Adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Adminis-

tração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria, realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar

nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 25 de janeiro de 2019.

**Triplix** CRC (RS) nº 005864/O-0  
Sérgio Feijó Soares CVM: ATO DECLARATORIO Nº 13.388  
CRC-RS nº 044.940/O-7  
Sócio  
Fabricio Almeida Fagundes CRC-RS nº 084.703/O-7  
Sócio Responsável

# Estudo vê lacuna em dados sobre trabalho infantil

O trabalho de crianças e adolescentes nas ruas não aparece corretamente nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e nem as políticas sociais de enfrentamento ao trabalho infantil alcançam as famílias dessas crianças. O alerta surgiu de uma pesquisa feita na Universidade de São Paulo (USP) que entrevistou malabares que ficam nas vias movimentadas da cidade de São Paulo para ganhar o sustento ou da família, que em sua maioria vive em condições de pobreza absoluta ou extrema.

Embora o Brasil tenha reduzido o trabalho infantil nas últimas décadas, o problema ainda persiste, relata a procuradora Elisiane dos Santos, autora do estudo. Há cerca de 2,7 milhões de crianças e adolescentes trabalhando em diferentes atividades econômicas, mas o número pode ser ainda maior, afirma. Os dados sobre trabalhos nas ruas não aparecem claramente no levantamento da Pnad, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), porque "estes ficam diluídos nas estatísticas sobre crianças em situação de rua.

O levantamento da pesquisa Pnad é feito em domicílio e nem sempre os pais relatam a situação de trabalho de rua de seus filhos. Não há dados precisos acerca do contingente de trabalhadores infantis nas ruas, o que indica que este contingente pode ser ainda maior", relata. Na visão da procuradora, a invisibilidade destas crianças na situação de trabalho infantil dificulta a implementação, inclusive, de políticas públicas voltadas às famílias (bolsa-família e programa de transferência de renda, por exemplo). "Eles não estão propriamente na situação de rua, mas também não são vistos como trabalhadores infantis nas políticas públicas", explica.

Para parte da sociedade, as atividades executadas nas ruas sempre foram vistas como práticas de sobrevivência e não consideradas trabalho, relata Elisiane. Os ganhos proporcionados pelo trabalho infantil fazem diferença no orçamento de uma família que, no geral, vive em condição de pobreza absoluta ou extrema.

Segundo a Pnad, 72,7% destas crianças são oriundas de famílias que vivem com menos de meio salário mínimo ou com baixo rendimento. A pesquisa Trabalho infantil nas ruas, pobreza e discriminação: crianças invisíveis nos faróis da cidade de São Paulo foi defendida no Instituto de Estudos Brasileiros da USP sob orientação de Jaime Tadeu Oliva. (Jornal da USP)



# BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A.

Rua Siqueira Campos, 1163 - 8º e 9º andar  
Porto Alegre/RS

CNPJ 10.397.031/0001-81 – NIRE 43300054985

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas, Parceiros e Colaboradores:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

**Foco de Atuação:** A Companhia atua na prestação de serviços de crédito de terceiros, tendo como foco a recepção e encaminhamento de propostas de crédito, serviços de coleta de informações cadastrais e de documentos, controle e processamento de dados, cobrança extrajudicial de crédito e gestão de operações de crédito, na forma da Resolução nº 3.954, emitida pelo Banco Central do Brasil em 24 de fevereiro de 2011. Em 2018 a Companhia manteve seu foco na prestação de serviços voltados à intermediação e gestão de carteira de empréstimos consignados, mediante o subestabelecimento de correspondentes no País e através da estrutura física e operacional da sua rede de lojas próprias. A Companhia ainda atua no mercado de corretagem de seguros através da subsidiária Bem Corretora de Seguros S.A..

**Destaques do Ano:** Ao longo do exercício, a Administração focou os esforços na execução das ações do planejamento estratégico que tem como foco principal as pessoas e a inovação em processos e tecnologia. Os investimentos em treinamentos e ações de endomarketing chegaram ao patamar de R\$ 607 mil (R\$ 420 mil em 2017), e os investimentos em tecnologia envolvendo infraestrutura e desenvolvimento de sistemas atingiram o montante de R\$ 6,6 milhões (R\$ 2,6 milhões em 2017). Dentre os principais avanços de 2018 na área de Tecnologia e Inovação, a Administração destaca:

- **TECBEMLABS:** plataforma de APIs desenvolvidas internamente, que proporcionam maior autonomia e flexibilidade aos parceiros da Bem para consumo de serviços e informações de gestão;
- **BemApp:** aplicativo que permite a operacionalização do crédito consignado através do celular;
- **MOVE:** sistema que centraliza todas as informações e funcionalidades para uma negociação efetiva e ágil do crédito consignado e demais produtos;
- **BemWeb:** portal de negócios direcionado para os canais de vendas, que incorpora os sistemas para operacionalização do crédito consignado, seguros e capitalização;
- **BemJur:** sistema que automatiza o processo de elaboração e acompanhamento das ações judiciais envolvendo o crédito consignado.

**Desempenho nos Negócios:** Em 2018 a Companhia permaneceu batendo recordes, atingindo o patamar histórico de R\$ 5,5 bilhões de originação de operações de crédito consignado.



O crescimento dos níveis de originação refletiu no aumento da carteira de operações de crédito consignado, base da principal fonte de receitas da Companhia. Em 2018, a receita operacional bruta da prestação de serviços alcançou o montante de R\$ 108,0 milhões, e as despesas operacionais do exercício montaram R\$ 82,7 milhões (77% da receita operacional bruta).



A Companhia encerrou 2018 com lucro líquido de R\$ 9,5 milhões e um patrimônio líquido de R\$ 34,3 milhões (R\$ 28,8 milhões em 2017).



**Estrutura Operacional:** Com sede em Porto Alegre/RS, a Companhia possui atualmente 48 lojas próprias, sendo 20 lojas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro, 575 correspondentes subestabelecidos, e 423 colaboradores atuantes nas áreas administrativas e comerciais. Em 2018 a Administração manteve os investimentos direcionados para a infraestrutura e o desenvolvimento de novas tecnologias, e considera que a estrutura operacional instalada permite a continuidade e o crescimento dos negócios da Companhia a curto e médio prazo.

**Governança Corporativa:** A Companhia possui uma área específica para tratar dos processos de Governança Corporativa, aprimorando assim os processos decisórios da Administração. A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva. O Conselho Fiscal é composto por três membros eleitos pela Assembleia Geral, é de funcionamento permanente e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em Lei.

**Relacionamento com os Auditores Independentes:** A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes, se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses de seus clientes. Os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram auditados pela KPMG Assurance Services Ltda. Durante esse período, os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando, portanto, quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação ao seu trabalho.

**Agradecimento:** Para finalizar, agradecemos a confiança de nossos acionistas, parceiros e colaboradores, reiterando o nosso compromisso permanente de promover uma administração voltada para um crescimento empresarial sólido e sustentável.

**Declaração da Administração:** A Administração declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2019.

A Administração

### Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017	2018	2017
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa		425	482	435	507	Obrigações com fornecedores	3.143	2.295	3.152	2.297	
Aplicações financeiras	4	19.937	20.807	22.245	22.768	Obrigações fiscais e previdenciárias	6.592	5.634	6.679	5.710	9
Contas a receber	5	9.711	7.369	9.847	7.504	Obrigações trabalhistas	3.240	2.118	3.243	2.118	
Impostos a compensar	5	3.873	3.489	3.912	3.529	Provisão p/indenizações contratuais	5.015	9.419	5.015	9.419	15
Valores a rec. correspondentes	6; 16.1	182	73	182	73	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14.934	10.048	14.934	10.048	11
Valores a rec. Banco Original	6	5.600	4.337	5.600	4.337	Dividendos a pagar	872	768	872	768	
Outros créditos diversos	6	719	686	146	193	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>33.796</b>	<b>30.282</b>	<b>33.895</b>	<b>30.360</b>	
Depósitos em garantia		94	15	94	15	<b>Total do passivo</b>	<b>33.796</b>	<b>30.282</b>	<b>33.895</b>	<b>30.360</b>	
Despesas antecipadas		1.214	932	1.215	932	<b>Patrimônio líquido</b>					12
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>41.755</b>	<b>38.190</b>	<b>43.676</b>	<b>39.858</b>	Capital social	26.097	26.097	26.097	26.097	
<b>Não circulante</b>						Reservas de lucros	1.482	396	1.482	396	
Ativo fiscal diferido	10	16.642	14.363	16.642	14.363	Lucros à disposição da Assembleia Geral	6.732	2.303	6.732	2.303	
Depósitos em garantia		243	577	243	577	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>34.311</b>	<b>28.796</b>	<b>34.311</b>	<b>28.796</b>	
Investimentos	7	1.826	1.590	-	-	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>68.107</b>	<b>59.078</b>	<b>68.206</b>	<b>59.156</b>	
Imobilizado	8	4.930	3.568	4.934	3.568						
Intangível	8	2.711	790	2.711	790						
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>26.352</b>	<b>20.888</b>	<b>24.530</b>	<b>19.298</b>						
<b>Total do ativo</b>		<b>68.107</b>	<b>59.078</b>	<b>68.206</b>	<b>59.156</b>						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Saldo em 01 de janeiro de 2017	Capital social	Reservas de lucros	Lucros à disposição da Assembleia Geral	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado
Lucro líquido do exercício	26.097	234	-	3.233	26.331
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	162	-	(768)	(768)
Dividendos provisionados	-	-	-	(768)	(768)
Resultado à disposição da Assembleia Geral	-	-	2.303	(2.303)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>26.097</b>	<b>396</b>	<b>2.303</b>	<b>-</b>	<b>28.796</b>
Destinação dos lucros à disposição da Assembleia Geral	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(1.689)	-	(1.689)
Destinação de reserva de lucros (nota explicativa 12.4)	-	614	(614)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	9.448	9.448
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	472	-	(472)	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	(1.372)	(1.372)
Dividendos provisionados	-	-	-	(872)	(872)
Resultado à disposição da Assembleia Geral	-	-	6.732	(6.732)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>26.097</b>	<b>1.482</b>	<b>6.732</b>	<b>-</b>	<b>34.311</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional:** A Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. ("Companhia") atua na prestação de serviços de crédito de terceiros, tendo como foco a recepção e encaminhamento de propostas de crédito, serviços de coleta de informações cadastrais e de documentos, controle e processamento de dados, cobrança extrajudicial de crédito e gestão de operações de crédito, na forma da Resolução nº 3.954, emitida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 24 de fevereiro de 2011. A Companhia é controlada pelos acionistas AMCM Participações Ltda., e RSR Participações Societárias Ltda., conjuntamente denominados Grupo AMCM-RSR. Em 2018 a Companhia manteve seu foco na prestação de serviços voltados à intermediação e gestão de carteira de empréstimos consignados, mediante o subestabelecimento de correspondentes no País e através da estrutura física e operacional da sua rede de lojas próprias. A Companhia ainda atua no mercado de corretagem de seguros através da subsidiária Bem Corretora de Seguros S.A.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 28 de fevereiro de 2019. 2.2. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização dos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo conforme descrito na nota explicativa nº 3.2. 2.3. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.4. **Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperabilidade nas operações, realizações de créditos tributários, assim como a análise de riscos para determinação de provisões para perdas no recebimento de créditos e passivos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. 2.5. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 6 - Reconhecimento e mensuração de provisões para perdas no recebimento de créditos; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das perdas estimadas; • Nota explicativa nº 8 - Imobilizado e intangível: vida útil estimada dos ativos imobilizados e intangíveis; • Nota explicativa nº 10.2 - Estimativa de realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social: disponibilidade de lucro tributável futuro em montante suficiente para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas; • Nota explicativa nº 11 - Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e • Nota explicativa nº 16.5 - Reconhecimento e mensuração de provisões para risco de crédito de ativos financeiros; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das perdas estimadas. 2.6. **Demonstrações financeiras consolidadas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle, até a data em que o controle deixa de existir.

De acordo com o que orienta o CPC 36 (R3), as demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas de forma consolidada com as demonstrações financeiras da sua subsidiária integral, a Bem Corretora de Seguros S.A. ("Controlada"). Na consolidação das demonstrações financeiras os saldos e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados. O saldo de investimentos em controladas existente no balanço da Companhia é eliminado juntamente com o saldo do patrimônio líquido da Controlada, considerando que a Companhia possui 100% de participação no capital social da Controlada.

**3. Resumo das principais práticas contábeis:** 3.1. **Caixa e equivalentes de caixa:** Correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações financeiras imediatamente convertíveis, com prazo de vencimento inferior a 90 dias, e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo. 3.2. **Instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: saldos em conta corrente, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e valores a receber de correspondentes (Nota explicativa nº 6). Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis, respectivamente. Os principais passivos financeiros correspondem às obrigações com fornecedores e dividendos a pagar. 3.3. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a sua classificação nas seguintes categorias: a) valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e valores de fornecedores tratados ao custo amortizado. 3.3. **Provisão para perda no recebimento de créditos:** As provisões para perdas no recebimento de créditos são constituídas com base na análise periódica dos ativos financeiros, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização destes ativos (Nota explicativa nº 16.5). 3.4. **Despesas antecipadas:** São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados de despesas, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, consequentemente, são registrados no ativo considerando o princípio contábil da competência. Este grupo está composto principalmente por despesas antecipadas de benefícios de pessoal e licenças de uso de *software*. 3.5. **Investimentos:** A participação em sociedade controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. As práticas contábeis adotadas pela entidade controlada são uniformes às adotadas pela Companhia, exceto no que se refere aos regimes de tributação federal (Notas explicativas nº 3.8 e 3.9). 3.6. **Imobilizado e intangível:** Os móveis, utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. Os *softwares* de propriedade da Companhia estão demonstrados ao valor de custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzidos de amortização e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável. A amortização é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação e amortização são revisados no final de cada ano quando da elaboração do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente (Nota explicativa nº 8). Um item do imobilizado ou do intangível passa a ser depreciado ou amortizado, respectivamente, a partir do momento em que o mesmo é colocado em uso, e é baixado após alienação quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado ou intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, e são reconhecidos no resultado do período. 3.7. **Demais ativos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes e não circulantes estão demonstrados pelos

### Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	13	92.662	77.963	80.643
Custo dos serviços prestados	14	(39.607)	(35.092)	(35.324)
<b>Lucro bruto</b>		<b>53.055</b>	<b>42.871</b>	<b>55.900</b>
<b>(Despesas) Receitas operacionais</b>				
Despesas gerais e administrativas	14	(27.490)	(26.034)	(27.913)
Impairment de ativos financeiros	14	(10.963)	-	(10.976)
Resultado de participação em controladas	7	2.168	1.853	-
Outras receitas e despesas operacionais	14	(4.650)	(16.395)	(4.649)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>12.120</b>	<b>2.295</b>	<b>12.362</b>
Receitas financeiras		1.332	1.938	1.459
Despesas financeiras		(106)	(263)	(121)
Resultado financeiro		1.226	1.675	1.338
<b>Resultado operac. antes dos impostos</b>		<b>13.346</b>	<b>3.970</b>	<b>13.700</b>
<b>Provisão para IR e contribuição social</b>	10	<b>(3.898)</b>	<b>(737)</b>	<b>(4.252)</b>
Impostos de renda corrente e diferido		2.834	(507)	(3.088)
Contribuição social corrente e diferido		(1.064)	(230)	(1.164)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>9.448</b>	<b>3.233</b>	<b>9.448</b>
Quantidade de ações (em lote de mil)		2.246	2.246	2.246
Lucro líq. p/ação - Básico e diluído (em R\$)		4,21	1,44	4,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício	9.448	3.233	9.448	3.233
Resultado abrangente total atribuível aos acionistas controladores	9.448	3.233	9.448	3.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Atividades operacionais</b>				
Resultado operacional antes dos impostos	13.346	3.970	13.700	4.308
<b>Ajustes ao resultado operacional antes dos impostos</b>	<b>8.034</b>	<b>15.606</b>	<b>10.215</b>	<b>17.462</b>
Depreciação e amortização	(1.511)	1.341	(1.511)	1.341
Resultado da participação em sociedade controlada	(2.168)	(1.853)	-	-
Provisão para perda no recebimento de créditos	10.963	9.923	10.976	9.923
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	4.827	5.070	4.827	5.073
(Reversão) Provisão para indenizações contratuais	(4.405)	1.021	(4.405)	1.021
Perda com baixa de bens do imobilizado e intangível	328	104	328	104
<b>Variações nos ativos e passivos</b>	<b>(15.508)</b>	<b>(18.339)</b>	<b>(18.504)</b>	<b>(20.528)</b>
Redução (Aumento) em aplicações financeiras	775	(1.679)	416	(2.503)
Aumento em contas a receber	(2.391)	(2.272)	(2.393)	(2.277)
Aumento em impostos a compensar	(384)	(1.241)	(383)	(1.265)
Aumento em depósitos em garantia	(949)	(1.701)	(949)	(1.701)
Aumento em valores a rec. Correspondentes e outros créditos	(10.881)	(8.924)	(10.881)	(9.158)
Aumento em despesas antecipadas	(282)	(55)	(282)	(55)
Aumento (redução) em obrigações com fornecedores	848	(104)	855	(118)
Aumento em obrigações fiscais e previdenciárias	958	665	969	667
Aumento em obrigações trabalhistas	1.122	433	1.125	433
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.177)	(4.213)	(6.531)	(4.551)
Dividendos recebidos de sociedade controlada	1.853	752	-	-
<b>Caixa líquido prov. das atividades operacionais</b>	<b>5.872</b>	<b>1.237</b>	<b>5.861</b>	<b>1.242</b>



# BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A.

CNPJ 10.397.031/0001-81 – NIRE 43300054985

Rua Siqueira Campos, 1163 - 8º e 9º andar  
Porto Alegre/RS

»»» Continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

**3.9. Contribuições ao PIS e COFINS:** A Companhia apura as contribuições para o PIS e COFINS pelo regime não-cumulativo, aplicando sobre a receita bruta os percentuais de, respectivamente, 1,65% e 7,6%, e apurando créditos sobre custos e despesas diretamente relacionados à prestação de serviços. As alíquotas incidentes sobre as receitas financeiras são de 0,65% para o PIS e 4% para o COFINS. As contribuições ao PIS e COFINS da Controladora são calculadas pelo regime cumulativo às alíquotas de, respectivamente, 0,65% e 3%.

**3.10. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais e contratuais:** Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25 que trata de provisões, ativos e passivos contingentes, uma provisão só deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados; (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Os ativos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras, e devem ser divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os ativos contingentes são representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. Não existem ativos contingentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

**3.11. Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment):** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (Impairment), a Companhia testa, no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de que seus ativos tangíveis sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

**3.12. Reconhecimento de receita:** As receitas da Companhia são reconhecidas com base nas normas estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 47, à medida que a entidade satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o serviço contratado pelo cliente. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a prestação dos serviços. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: (i) Receitas de prestação de serviço - As receitas de prestação de serviço são reconhecidas pelo regime de competência com base no serviço prestado, e referem-se principalmente à comissões sobre originação das operações de empréstimos consignados, serviços de gestão da produção, serviços de cobrança e agenciamento e corretagem de seguros. (ii) Receitas de juros - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

**3.13. Custo dos serviços prestados:** Os custos dos serviços prestados são compostos por despesas de pessoal e administrativas diretamente ligadas à prestação dos serviços de originação, gestão da produção, cobrança e corretagens de seguros. **3.14. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2). **3.15. Resultado por ação:** O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício conforme Pronunciamento Técnico CPC 41. O cálculo do lucro líquido por ação é equivalente ao cálculo do lucro líquido básico por ação.

**3.16. Segmentos operacionais:** As atividades da Companhia estão concentradas na prestação de serviços de originação, análise e gestão de operações de crédito consignado, e tais atividades não são controladas e gerenciadas pela Administração como segmentos operacionais independentes, tendo seus resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Desta forma, a Administração entende que a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. A Companhia atua também na área de prestação de serviços de corretagem de seguros, através da controlada Bem Corretora de Seguros S.A., que, por não atingir os parâmetros quantitativos e qualitativos mínimos, não está sendo apresentada como segmento operacional em separado. **3.17. Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. O Conselho de Administração supervisiona e acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. (a) *Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, falhas que surgem principalmente dos valores a receber de correspondentes. (b) *Risco de liquidez:* Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. (c) *Risco de mercado:* Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **3.18. Normas, alterações e interpretações de normas:** As normas e interpretações emitidas mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, conforme implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pelo CFC. • CPC 06 (IFRS 16) "Operações de Arrendamento Mercantil", emitido em janeiro de 2016. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, sem a exigência de reapresentação dos saldos de anos anteriores. A Companhia está avaliando o efeito potencial da nova norma, em função dos contratos de aluguel da rede de lojas próprias. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Esta norma substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia reconhecerá a partir de 2019 novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. A Companhia reconhece até 2018 uma despesa de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento. A nova norma fornece expedientes práticos cuja a eleição é opcional. A Companhia adotou os seguintes expedientes práticos: 1) Não reavaliará se o contrato é ou contém arrendamento na data da aplicação inicial, em vez disso, aplicará o CPC 06 (R2) a contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4); 2) Não separará componentes de não arrendamento de componentes de arrendamento considerando-os, então, como um único componente de arrendamento; 3) Não registrará os contratos com prazo superior a 12 meses, que na data de transição, se encerrarão dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; 4) Não registrará contratos de baixo valor, conforme política definida pela Companhia; 5) Excluirá custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; 6) Fará uso da percepção tardia, tal como ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros; e 7) Aplicará uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como prazo de arrendamento remanescente similar, classes similares de ativos subjacentes em ambiente econômico similar). Elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos não são considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado. A Companhia não espera mudanças significativas nas atividades de arrendamento no período que compreende a emissão destas demonstrações financeiras e a data de aplicação inicial. Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que reconhecerá um passivo de arrendamento e um ativo de direito de uso no montante de R\$ 6,5 milhões na controladora, o que impactará no mesmo valor nas demonstrações do consolidado em 01/01/2019. Essa estimativa leva em consideração premissas razoáveis disponíveis pela Companhia e podem apresentar variações em relação à adoção inicial. A Companhia pretende aplicar abordagem retrospectiva modificada inicialmente em 01/01/2019, com a contabilização dos efeitos dos ajustes diretamente no saldo de abertura do patrimônio líquido sem atualização das informações comparativas, bem como aplicar a norma para todos os contratos celebrados antes de 01/01/2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06. Até a divulgação destas demonstrações financeiras a Companhia está desenvolvendo processos e controles para atender aos novos requisitos. Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **3.19. Mudanças nas práticas contábeis:** A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 - Recitas de Contratos com Clientes e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. A seguir são descritas as principais mudanças nas políticas contábeis decorrentes das novas normas: a) **CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes:** O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 Receita. A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial na norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Conseqüentemente, a informação apresentada para 2017 não foi representada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30. A alteração da política contábil, no que trata o reconhecimento de receita, não trouxe mudanças significativas no reconhecimento de receita da Companhia, visto que a obrigação de desempenho e a transferência do controle dos produtos ao cliente, ocorrem no mesmo momento no tempo, tal qual os riscos e benefícios eram transferidos ou o serviço prestado quando anteriormente aplicado o CPC 30, no período comparativo. b) **CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros:** O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O novo pronunciamento retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38, relativos a classificação e mensuração de passivos financeiros. Entretanto, o CPC 48 elimina as categorias (i) mantidos até o vencimento, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) disponíveis para venda. Conforme o CPC 48, o reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a) custo amortizado; valor justo por meio do resultado (VJR); ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e valores a receber de correspondentes (Nota explicativa nº 6). Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo através do resultado ou custo amortizado. A tabela a seguir demonstra as categorias com alteração na classificação e mensuração aplicados pelo CPC 38 e as novas categorias com a aplicação do CPC 48, para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018:

	2018	2017	2018	2017
IR/CSLL retidos na fonte	2.939	2.722	2.967	2.753
IR/CSLL a recuperar	-	67	-	67
PIS e COFINS a recuperar	101	74	101	74
PIS e COFINS retidos na fonte	335	254	335	254
ISSQN retido na fonte	498	372	509	381
<b>Total</b>	<b>3.873</b>	<b>3.489</b>	<b>3.912</b>	<b>3.529</b>

	2018	2017	2018	2017
Adiantamentos	146	193	146	193
Banco Original S.A.				
(Nota explicativa nº 11)	5.600	4.337	5.600	4.337
Valores a rec. de correspondentes	28.885	17.959	28.885	17.959
(-) Provisão p/perda no recebimento de créditos	(28.703)	(17.886)	(28.703)	(17.886)
Valores a rec. sociedade ligada	673	493	-	-
<b>Total</b>	<b>5.401</b>	<b>5.096</b>	<b>5.928</b>	<b>4.603</b>

**7. Investimento em controlada:** A Bem Corretora de Seguros S.A. com sede em Porto Alegre/RS, atua como corretora de seguros referente aos ramos de pessoas, capitalização e previdência complementar aberta.

Bem Corretora de Seguros S.A.	% de participação	Saldo inicial	Resultado da equivalência	Dividendos pagos	Dividendos provisionados	Saldo final
2017	100%	952	1.853	(752)	(463)	1.590
2018	100%	1.590	2.168	(1.390)	(542)	1.826

**8. Imobilizado e Intangível**

	2018	2017	2018	2017
<b>Imobilizado</b>				
Valor contábil líquido em 01 de janeiro de 2017	1.570	1.157	1.582	4.309
<b>Movimentações no exercício</b>				
Aquisições	256	70	272	598
Baixas	(86)	(20)	(2)	(108)
Depreciação	(304)	(341)	(587)	(1.232)
<b>Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.346</b>	<b>(291)</b>	<b>(317)</b>	<b>(742)</b>
Custo	3.146	3.435	3.438	10.020
Depreciação acumulada	(1.710)	(2.569)	(2.173)	(6.452)
<b>Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.436</b>	<b>866</b>	<b>1.265</b>	<b>3.568</b>
<b>Movimentações no exercício</b>				
Aquisições	1.448	630	937	3.015
Baixas	(316)	(31)	(69)	(418)
Depreciação	(346)	(314)	(576)	(1.236)
<b>Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>785</b>	<b>285</b>	<b>297</b>	<b>1.367</b>
Custo	3.987	3.882	4.306	12.175
Depreciação acumulada	(1.766)	(2.731)	(2.744)	(7.241)
<b>Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.221</b>	<b>1.151</b>	<b>1.265</b>	<b>4.934</b>
Taxas anuais médias de depreciação	10%	7%	20%	

	2018	2017	2018	2017
<b>Intangível</b>				
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2017	27	763	27	790
<b>Movimentações no exercício</b>				
Aquisições	-	(70)	2.272	(70)
Baixas	-	(279)	-	(279)
Amortização	-	1.923	-	1.923
<b>Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>-</b>	<b>3.558</b>	<b>(674)</b>	<b>3.558</b>
Custo	27	1.674	27	1.674
<b>Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>27</b>	<b>2.684</b>	<b>27</b>	<b>2.711</b>
Taxas anuais médias de amortização	0%	20%	20%	

**9. Obrigações fiscais e previdenciárias**

	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda a recolher	2.045	1.772	2.093	1.815
Contribuição social a recolher	962	727	982	745
Encargos sociais a recolher	1.208	1.102	1.209	1.102
PIS / COFINS	950	828	956	833
ISSQN	964	740	975	750
Outros tributos	463	465	464	465
<b>Total</b>	<b>6.592</b>	<b>5.634</b>	<b>6.679</b>	<b>5.710</b>

**10. Imposto de renda e contribuição social**

	2018	2017	2018	2017
<b>10.1. Composição do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social</b>				
<b>Crédito fiscal diferido</b>				
Prejuízo fiscal	-	5.772	-	5.772
Alíquota do imposto de renda	25%	25%	-	-
<b>Imposto de renda diferido s/prejuízo fiscal</b>	<b>-</b>	<b>1.443</b>	<b>-</b>	<b>1.443</b>
Base negativa da contribuição social	-	5.772	-	5.772
Alíquota da contribuição social	9%	9%	-	-
<b>Contribuição social diferida s/base negativa</b>	<b>-</b>	<b>519</b>	<b>-</b>	<b>519</b>
Provisão p/perda no recebimento de créditos	28.849	17.886	2.245	821
Provisão p/despesas gerais e administrativas	5.015	9.419	13.175	8.348
Provisão para ações civis e trabalhistas	13.175	8.348	-	-
<b>Base de cálculo das provisões temporariamente não dedutíveis</b>	<b>49.285</b>	<b>36.474</b>	<b>16.642</b>	<b>12.401</b>
Alíquota do imposto de renda e contrib. social	34%	34%	-	-
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre provisões temporárias</b>	<b>16.642</b>	<b>12.401</b>	<b>16.642</b>	<b>14.363</b>
<b>Total do IR e contribuição social diferidos</b>	<b>16.642</b>	<b>14.363</b>	<b>16.642</b>	<b>14.363</b>

**10.2. Estimativa de realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social**

	2018	2017	2018	2017
Exercício 2018	-	4.772	-	4.772
Exercício 2019	3.665	5.268	3.245	4.273
Exercício 2020	3.245	4.273	3.244	50
Exercício 2021	3.244	-	3.244	-
Exercício 2022	3.244	-	3.244	-
Exercício 2023	3.244	-	3.244	-
<b>Total</b>	<b>16.642</b>	<b>14.363</b>	<b>16.642</b>	<b>14.363</b>

**11. Provisão para contingências: Provisão para riscos civis, trabalhistas e fiscais:** (a) **Cíveis:** referem-se a processos decorrentes de ações declaratórias de nulidade contratual cumulada com indenização por danos morais e repetição do indébito com pedido de antecipação de tutela. Com base na opinião dos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda desses processos como provável, a Administração constituiu provisão para fazer face às perdas estimadas nesses processos no montante de R\$ 65 (R\$ 68 em 2017). Existem ainda contingências cíveis com possibilidade de perdas avaliadas como possíveis, no montante de R\$ 964 (R\$ 358 em 2017), para as quais de acordo com as práticas contábeis não foram registradas provisões para contingências. (b) **Trabalhistas:** referem-se a processos movidos por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos no montante de R\$ 18.694 (R\$ 12.601 em 2017). Para fazer frente a estes processos a Companhia realizou depósitos judiciais que, em 31 de dezembro de 2018, somam R\$ 3.824 (R\$ 2.620 em 2017). Com base na opinião dos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda nesses processos como prováveis, a Administração constituiu provisão para perda desses processos. O montante desta provisão está apresentado no Balanço Patrimonial pelo valor líquido dos depósitos judiciais. Deste montante, a Companhia registrou um contas a receber de R\$ 5.584 (R\$ 4.320 em 2017), na rubrica de Valores a receber Banco Original (Nota Explicativa nº 6), uma vez que essas contingências tem como base fatos ocorridos com data anterior a 13 de março de 2012, período de responsabilidade do Banco Original S.A., que conforme prevê o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças assinado naquela data, deverá reembolsar a Companhia em caso de perda judicial. Existem ainda contingências trabalhistas com possibilidade de perdas avaliadas como possíveis, no montante de R\$ 24.800 (R\$ 36.344 em 2017). Este montante está pulverizado em reclamantes solicitando a equiparação de condição de bancário e benefícios oriundos deste vínculo. A Administração não constituiu provisão para perda desses processos. (c) **Fiscais:** a Companhia é parte em ação judicial de natureza fiscal movida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil através de auto de infração, que constituiu um crédito tributário de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS referente ao exercício de 2009, no montante de R\$ 8.355 (R\$ 6.733 em 2017), já considerando a multa de ofício de 75%. A Administração não constituiu provisão para perda da ação judicial tendo em vista a classificação de risco definida pelos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda desse processo como possível, bem como o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças assinado em 13 de março de 2012, que prevê que os processos judiciais que tenham como base fatos ocorridos com data anterior a 13 de março de 2012 são de responsabilidade do Banco Original S.A.. Para fazer frente a possibilidade de perda da ação judicial, o Banco Original efetuou depósito judicial em garantia do processo.

	2018	2017	2018	2017
<b>Reconciliação do IR e contribuição social</b>				
Resultado antes da tributação	13.346	3.970	13.346	3.970
Alíquota fiscal	(34%)	(34%)	(34%)	(34%)
<b>Despesa de tributos a alíquota nominal</b>	<b>(4.538)</b>	<b>(1.350)</b>	<b>(4.538)</b>	<b>(1.350)</b>
<b>Tributos s/adições e exclusões permanentes:</b>				
Despesas inded. de IR e CSLL permanentes	(226)	(148)	(226)	(148)
Despesas indedutíveis de IR permanentes	(113)	-	(113)	-
Diferença de taxa de depreciação	5	-	5	-
Resultado de participações societárias	737	629	737	629
Incentivos fiscais (PAT)	113	78	113	78
Patrocínios Lei 8.313/91	100	30	100	30
Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	24	24	24	24
<b>Total do IR e CSLL no result. - Controladora</b>	<b>(3.898)</b>	<b>(757)</b>	<b>(3.898)</b>	<b>(757)</b>
Corrente	(6.177)	(4.213)	(6.177)	(4.213)
Diferido	2.278	3.476	2.278	3.476
<b>Reconciliação do IR e contribuição social</b>				
Receita bruta	3.074	2.870	3.074	2.870
Base de cálculo presumida - 32%	984	918	984	918
Demais receitas	127	146	127	146
<b>Base de cálculo IR e CSLL</b>	<b>1.111</b>	<b>1.064</b>	<b>1.111</b>	<b>1.064</b>
Contribuição social - 9%	(100)	(96)	(100)	(96)
Imposto de renda - 15%	(167)	(160)	(167)	(160)
Adicional de imposto de renda - 10%	(87)	(82)	(87)	(82)
<b>Total do IR e CSLL no result. - Controlada</b>	<b>(354)</b>	<b>(338)</b>	<b>(354)</b>	<b>(338)</b>
Corrente	(354)	(338)	(354)	(338)
<b>Consolidado</b>				
2018				



# BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A.

Rua Siqueira Campos, 1163 - 8º e 9º andar  
Porto Alegre/RS

CNPJ 10.397.031/0001-81 – NIRE 43300054985

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

### 12. Patrimônio líquido

**12.1. Capital social:** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$ 26.097, e está representado por 2.246.119 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **12.2. Características das ações:** O Estatuto Social da Companhia prevê que as ações do capital social é assegurada a distribuição de dividendos mínimos, anualmente, de 25% do lucro ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976, permitindo a imputação a eles dos juros pagos ou creditados a título de remuneração do capital próprio. Cada ação dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

### 12.3. Composição acionária

Acionistas	2018 e 2017	
	Quantidade de ações	Participação
AMCM Participações Ltda.	792.215	35,2704%
RSR Participações Societárias Ltda.	333.091	14,8296%
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	1.120.813	49,9000%
<b>Total</b>	<b>2.246.119</b>	<b>100%</b>

**12.4. Distribuição de Resultado:** Do resultado do exercício de 2017 foram provisionados a título de dividendos a pagar o montante de R\$ 768, equivalente a 25% do resultado remanescente após a constituição da reserva legal. Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 02 de abril de 2018, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos no montante de R\$ 2.457, correspondentes à 80% do resultado do exercício de 2017. O saldo remanescente do resultado do exercício de 2017 após a constituição da reserva legal e da distribuição de dividendos no montante de R\$ 614, foi destinado para constituição de reserva para investimentos. Do resultado do exercício de 2018 após a constituição da reserva legal, foram calculados os 25% relativos aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social que somam R\$ 2.244. Deste montante, foi provisionado o valor de R\$ 872 a título de dividendos a pagar, considerando que em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de agosto de 2018 os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários à conta do lucro apurado no 1º semestre de 2018, no valor de R\$ 1.371. O saldo remanescente do resultado do exercício de 2018 após a constituição da reserva legal e da provisão dos dividendos mínimos obrigatórios, permanece disponível para deliberação da Assembleia Geral.

**15. Transações com partes relacionadas:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia mantém seu foco na prestação de serviços voltados à intermediação, cobrança e gestão de carteira de empréstimos consignados, o que em 2018 corresponde a 99,9% das receitas da Companhia (92,6% da receita consolidada). Atualmente, estes serviços são prestados exclusivamente ao parceiro comercial e acionista Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul). Os principais saldos de ativos e passivos, bem como valores registrados no resultado do exercício resultantes de operações com partes relacionadas, decorrem destas operações que são realizadas conforme condições contratuais definidas entre as partes. Estas condições, em determinadas operações, podem não ser comparáveis caso realizadas com terceiros. Os saldos e os resultados decorrentes de transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, e estão resumidas a seguir:

### 15.1. Saldos e transações com empresas ligadas

Controladora	Ativos e Passivos					Resultado		
	Caixa e equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	Comissões e serviços a receber	Dividendos a receber (pagar)	Outras contas a receber (pagar)	Rendimento dos CDBs	Receitas de prestação de serviços	Benefícios de curto prazo
<b>2017</b>								
<b>Pessoas Jurídicas</b>								
AMCM Participações Ltda.	-	-	-	(271)	-	-	-	-
RSR Participações Societárias Ltda.	-	-	-	(114)	-	-	-	-
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	147	18.579	7.369	(383)	(9.419)	1.665	90.825	-
Bem Corretora de Seguros S.A.	-	-	-	463	30	-	-	-
<b>Pessoas físicas</b>								
Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	-	-	-	(3.780)
<b>Total</b>	<b>147</b>	<b>18.579</b>	<b>7.369</b>	<b>(305)</b>	<b>(9.389)</b>	<b>1.665</b>	<b>90.825</b>	<b>(3.780)</b>
<b>2018</b>								
<b>Pessoas jurídicas</b>								
AMCM Participações Ltda.	-	-	-	(308)	-	-	-	-
RSR Participações Societárias Ltda.	-	-	-	(129)	-	-	-	-
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	288	17.671	9.711	(435)	(5.015)	1.125	107.991	-
Bem Corretora de Seguros S.A.	-	-	-	542	31	-	-	-
<b>Pessoas físicas</b>								
Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	-	-	-	(2.817)
<b>Total</b>	<b>288</b>	<b>17.671</b>	<b>9.711</b>	<b>(330)</b>	<b>(4.983)</b>	<b>1.125</b>	<b>107.991</b>	<b>(2.817)</b>
<b>Consolidado</b>								
<b>2017</b>								
<b>Pessoas jurídicas</b>								
AMCM Participações Ltda.	-	-	-	(271)	-	-	-	-
RSR Participações Societárias Ltda.	-	-	-	(114)	-	-	-	-
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	172	20.540	7.369	(383)	(9.419)	1.810	90.825	-
<b>Pessoas físicas</b>								
Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	-	-	-	(3.780)
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>20.540</b>	<b>7.369</b>	<b>(768)</b>	<b>(9.419)</b>	<b>1.810</b>	<b>90.825</b>	<b>(3.780)</b>
<b>2018</b>								
<b>Pessoas jurídicas</b>								
AMCM Participações Ltda.	-	-	-	(308)	-	-	-	-
RSR Participações Societárias Ltda.	-	-	-	(129)	-	-	-	-
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	298	19.991	9.711	(435)	(5.015)	1.253	107.991	-
<b>Pessoas físicas</b>								
Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	-	-	-	(2.817)
<b>Total</b>	<b>298</b>	<b>19.991</b>	<b>9.711</b>	<b>(872)</b>	<b>(5.015)</b>	<b>1.253</b>	<b>107.991</b>	<b>(2.817)</b>

Descrição	Ativos e Passivos			Resultado		
	Saldo em 31/12/2017	(+) Adições	(-) Reversões / Baixas	Saldo em 31/12/2018		
Provisão para indenizações contratuais	9.419	12.257	(16.660)	5.015		

**15.2. Provisão para indenizações contratuais:** O Contrato Particular de Prestação de Serviços de Correspondente - Master firmado com o Banrisul, prevê a responsabilidade da Companhia indenizar o Banrisul pelo não recebimento de operações de crédito, originadas com base em documentação falsificada e/ou apresentem irregularidades na averbação dos contratos. A provisão constituída para este fim, em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 5.015 (R\$ 9.419 em 2017).

### 15.3. Remuneração do pessoal-chave da Administração

em Assembleia Geral, é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social. Em 2018, a Companhia pagou remuneração para a Diretoria no montante de R\$ 1.526 (R\$ 2.033 em 2017), para o Conselho de Administração R\$ 1.083 (R\$ 904 em 2017) e para o Conselho Fiscal R\$ 208 (R\$ 169 em 2017), totalizando um gasto total de R\$ 2.817 (R\$ 3.106 em 2017).

**16. Instrumentos financeiros:** **16.1. Riscos de crédito:** *Exposição a riscos de crédito:* O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras era:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	425	482	435	507
Aplicações financeiras	19.937	20.807	22.245	22.768
Valores a rec. Correspondentes (i)	182	73	182	73
Contas a receber (i)	9.711	7.369	9.847	7.504
<b>Total</b>	<b>30.255</b>	<b>28.731</b>	<b>32.709</b>	<b>30.852</b>

(i) *Valores a rec. Correspondentes e contas a receber de clientes:* Os riscos de crédito são gerenciados pela Administração, estando a avaliação destes riscos sujeita a procedimentos, controles e políticas estabelecidos pela Companhia em relação a esses riscos. A Companhia possui em 31 de dezembro de 2018 uma provisão estimada para perda no recebimento de créditos no montante de R\$ 28.752 (R\$ 17.886 em 2017).

**16.2. Risco de liquidez:** A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados: Na estimativa de 12 meses, não espera-se que a Companhia não tenha recursos para fazer as liquidações.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	425	482	435	507
Aplicações financeiras	19.937	20.807	22.245	22.768
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>20.362</b>	<b>21.289</b>	<b>22.680</b>	<b>23.275</b>

**16.4. Análise de sensibilidade dos instrumentos de taxa variável:** Uma alteração de 125 pontos base na taxa de juros CDI, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o lucro do exercício sobre o saldo de juros não liquidado de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes:

	Lucro exercício		Patrimônio líquido	
	125 pb aumento	125 pb diminuição	125 pb aumento	125 pb diminuição
Aplicações financeiras	320	(320)	320	(320)
<b>Resultado líquido</b>	<b>320</b>	<b>(320)</b>	<b>320</b>	<b>(320)</b>

**Valor justo:** O valor justo dos ativos e passivos financeiros divulgados nas demonstrações financeiras representam a melhor estimativa para estes ativos e passivos.

**16.5. Provisão para risco de crédito de instrumentos financeiros:** Em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 48 ("Instrumentos Financeiros"), a Companhia realizou estudo para mensurar o risco de crédito dos ativos financeiros mencionados na nota explicativa nº 3.19 (b), e constituiu provisão para risco de crédito considerando a classificação interna de risco da contraparte da seguinte forma:

Classificação de risco da contraparte	Controladora		Consolidado	
	Saldo dos ativos financeiros em 31.12.2018	Estimativa de perda	Saldo dos ativos financeiros em 31.12.2018	Estimativa de perda
Muito baixo	72	0,1%	72	0,1%
Baixo	2.428	0,3%	2.428	0,3%
Médio	27.719	0,5%	30.185	0,5%
Alto	-	0,7%	-	0,7%
Muito alto	-	1,0%	-	1,0%
<b>Total</b>	<b>30.219</b>	<b>1,4%</b>	<b>32.685</b>	<b>1,5%</b>

A avaliação dos riscos de crédito dos valores a receber de correspondentes mencionados na nota explicativa nº 3.19 no montante de R\$ 28.885, é realizada com base em política específica definida pela Administração, de forma que o montante da provisão constituída em 31 de dezembro de 2018 atingiu 99%.

### Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A., e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II, III e VII do artigo 163, da Lei 6.404/76, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Com base em nossos exames, no Relatório dos Auditores Independentes e nos esclarecimentos prestados pela Administração no curso do respectivo exercício, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes. Porto Alegre, 01 de março de 2019.

**Mauro Renato Flores** Presidente do Conselho  
**Gaspar Saikowski** Conselheiro  
**Carlos Augusto Grazziotin** Conselheiro

### Conselho de Administração

**Ricardo Richiniti Hingel** Presidente  
**Ricardo Russowsky** Conselheiro  
**Daniel Matone** Conselheiro  
**Cláudio Matone** Conselheiro  
**Werner Köhler** Conselheiro

**Diretoria**  
**Gustavo Fiuza Lima de Souza** Diretor Presidente  
**Bruno Fronza** Diretor Administrativo e Financeiro  
**Ricardo Padoin Nené** Diretor de Tecnologia

**Contador**  
**Ronaldo Maciel de Ávila Junior** Contador - CRC/RS 074.550/O-2

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. Porto Alegre - RS.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres

de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2019



KPMG Assurance Services Ltda.  
CRC SP-023228/F-5

Felipe Brutti da Silva  
Contador CRC RS-083891/O-0





**CTA - CONTINENTAL TOBACCO ALLIANCE S/A**

CNPJ nº 00.095.840/0001-85  
NIRE nº 43 3 0003383 0

**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

**Senhores Acionistas:**

Em atendimento às disposições legais e estatutárias vigentes, no ensejo do encerramento deste ano de atividades, temos a satisfação de submeter a vossa apreciação às demonstrações contábeis correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Venâncio Aires, 20 de fevereiro de 2019.

**A DIRETORIA**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)			DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)		
ATIVO	2018	2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	2017
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	82.692	112.912	Fornecedores	8.956	9.641
Contas a receber	223.953	178.321	Empréstimos e financiamentos	450.482	379.585
Adiantamentos a fornecedores de tabaco	10.659	10.747	Obrigações sociais e trabalhistas a recolher	3.474	3.248
Estoques	172.885	78.094	Obrigações fiscais a recolher	1.920	1.224
Tributos a recuperar	31.704	26.486	Outras obrigações	50.664	19.670
Tributos diferidos	13.562	3.387	Total do passivo circulante	515.496	413.368
Outros créditos	8.720	5.041			
Total do ativo circulante	544.175	414.988	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			Empréstimos e financiamentos	67.005	78.486
Contas a receber		1.078	Obrigações com acionistas	25.278	21.161
Adiantamentos a fornecedores de tabaco	18.124	23.906	Outras obrigações	2.005	1.837
Tributos a recuperar	8.426	8.448	Provisão para contingência	5.440	5.440
Tributos diferidos	6.635	14.924	Total do passivo não circulante	99.728	106.924
Outros créditos	200	265			
Investimentos	87	81	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Imobilizado	244.076	248.920	Patrimônio líquido		
Intangível	53.106	56.969	Capital social	164.109	164.109
Total do ativo não circulante	330.654	354.591	(-) Ações em tesouraria	(3.124)	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>874.829</b>	<b>769.579</b>	Reserva de capital	327	327
			Ajuste de avaliação patrimonial	97.646	99.892
			Reserva de lucros	647	
			Prejuízos acumulados		(15.041)
			Total do patrimônio líquido	259.605	249.287
			<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>874.829</b>	<b>769.579</b>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)							DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	2018	2017
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>164.109</b>	<b>-</b>	<b>327</b>	<b>-</b>	<b>102.138</b>	<b>(29.346)</b>	<b>237.228</b>		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	18.438	18.438		
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(3.402)	3.402	-		
Tributos sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	1.157	-	-		
Destinação do resultado	-	-	-	-	-	-	1.157		
Juros capital próprio	-	-	-	-	-	(7.535)	(7.535)		
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>164.109</b>	<b>-</b>	<b>327</b>	<b>-</b>	<b>99.892</b>	<b>(15.041)</b>	<b>249.287</b>		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	22.173	22.173		
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(3.403)	3.403	-		
Tributos sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	1.157	-	1.157		
Destinação do resultado	-	-	-	-	-	-	-		
Reserva legal	-	-	-	357	-	(357)	-		
Reservas para aumento de capital	-	-	-	145	-	(145)	-		
Reserva para manutenção do capital de giro	-	-	-	87	-	(87)	-		
Reserva de lucros	-	-	-	58	-	(58)	-		
Aquisição de ações em tesouraria	-	(3.124)	-	-	-	-	(3.124)		
Juros capital próprio	-	-	-	-	-	(9.888)	(9.888)		
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>164.109</b>	<b>(3.124)</b>	<b>327</b>	<b>647</b>	<b>97.646</b>	<b>-</b>	<b>259.605</b>		

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO - (Em milhares de reais)**

	2018	2017
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>22.173</b>	<b>18.438</b>
Outros componentes do resultado abrangente	22.173	18.438
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>22.173</b>	<b>18.438</b>
<b>Ajustes</b>		
Depreciação e amortização	20.771	22.930
Baixa de investimentos, imobilizado e intangível	141	1.523
Reversão para perdas estimadas com créditos a receber	(2.143)	(2.060)
Tributos diferidos	(3.960)	(3.437)
Provisão para valor de mercado dos estoques	837	-
Juros provisionados	14.682	13.111
Variações cambiais provisionadas	23.076	9.848
	<b>75.577</b>	<b>60.353</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber	(41.333)	(39.835)
Estoques	(91.075)	5.144
Tributos a recuperar	9.184	29.632
Outros créditos	4.338	22.854
Fornecedores	(685)	(693)
Obrigações trabalhistas, sociais e fiscais	1.824	(2.856)
Outras obrigações	30.487	12.241
Realizável a longo prazo	65	(77)
Exigível a longo prazo	4.285	757
	<b>(7.333)</b>	<b>87.520</b>
Juros sobre financiamentos pagos	(34.011)	(29.007)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.050)	(17.911)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>(53.394)</b>	<b>40.602</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e investimento	(2.744)	(3.006)
Aquisições de bens do ativo intangível	(14.019)	(13.818)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>(16.763)</b>	<b>(16.824)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Captação de financiamentos	687.605	626.515
Amortização de financiamentos	(634.656)	(586.523)
Juros de capital próprio	(9.888)	(7.535)
Aquisição de ações em tesouraria	(3.124)	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>39.937</b>	<b>32.457</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(30.220)</b>	<b>56.235</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	112.912	56.677
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	82.692	112.912

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 - Em Milhares de Reais, Exceto Quando Indicado de Outra Forma**

**1 – Contexto Operacional:** A CTA - Continental Tobaccos Alliance S.A. (a "Companhia" ou "CTA") é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 14 de junho de 1994, com sede em Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul, e quatro filiais, voltadas exclusivamente para a compra de tabaco, nos municípios de Araranguá, Itaporanga e Papanduva, Estado de Santa Catarina e no município de Irati, Estado do Paraná. Tem por objeto social a indústria de beneficiamento de tabacos em folha, o comércio, importação e exportação desses produtos e o comércio de bens de produção, como implementos e insumos para a agricultura, sementes, fertilizantes, corretivos e inseticidas. A produção agrícola do tabaco é realizada por produtores rurais integrados a empresa. O sistema integrado de produção é baseado em uma parceria técnico – comercial com produtores de tabaco, os quais tem a contratação da sua safra de tabaco com a garantia de compra de todo o volume produzido, e aonde a empresa presta assistência técnica especializada para a produção da safra e para o planejamento econômico, social e ambiental da propriedade. A empresa, em comum acordo com o produtor, realiza ainda o fornecimento de insumos legais e com qualidade mínima requerida, garantindo ao mesmo o acesso a um pacote tecnológico de produção que atenda aos princípios de boas práticas agrônomicas e de sustentabilidade. A produção de tabaco pelo produtor rural ocorre no período de maio a dezembro, podendo haver pequenas variações devido a condições climáticas de cada região produtora. O recebimento do tabaco pela Companhia se dá aproximadamente entre os meses de janeiro a julho e o beneficiamento estende-se normalmente até o mês de agosto.

**2 - Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

**2.1 - Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção da adoção do custo atribuído sobre o ativo imobilizado. As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A Diretoria da Companhia aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 20 de fevereiro de 2019.

**2.2 - Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes normas foram adotadas pela Companhia pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da

contabilidade de hedge. A adoção desta norma não trouxe impactos significativos para a Companhia, exceto pela classificação dos seus ativos financeiros como "ativos financeiros classificados ao custo amortizado", conforme descrito na nota 2.17.

- IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/ CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. Não houve alterações relevantes para a Companhia pela adoção desta norma.

**2.3 - Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor.

**2.4 - Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia, com prazo de recebimento equivalente a um ano ou menos, sendo, portanto, classificadas no ativo circulante.

**2.5 - Adiantamento a fornecedores de tabaco:** O saldo de adiantamento de fornecedores de tabaco é formado pelos adiantamentos efetuados aos produtores pelo fornecimento de insumos para a produção da próxima safra em contrapartida a entrega do tabaco na safra 2019, bem como parcelas de financiamento de crédito rural, que serão pagas aos bancos em nome dos produtores. Além disso, compõe estes saldos as dívidas dos produtores rurais de anos anteriores. Se o prazo de recebimento é equivalente a 12 (doze) meses ou menos, os adiantamentos a fornecedores de tabaco são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. O valor da provisão de créditos de liquidação duvidosa foi calculado através da aplicação do percentual médio de inadimplência sobre o saldo devedor atual. Este percentual médio foi apurado pelo histórico de pagamentos das últimas três safras, de acordo com a classificação do produtor e o valor provisionado representa a melhor estimativa para ajustar o saldo de adiantamento ao valor esperado de liquidação.

**2.6 - Estoques:** Os estoques foram avaliados de acordo com o custo médio de aquisição ou produção, reduzidos ao valor realizável líquido, quando aplicável. O custo de produção é apurado com base no método de absorção total de custos de produção da safra. Os estoques de tabaco beneficiado incluem custos da matéria-prima, assim como, custos diretos e indiretos relacionados ao seu beneficiamento.

**2.7 - Ativos intangíveis:**

**(a) Desenvolvimento de produtores agrícolas**  
A Companhia reconheceu no ativo intangível o valor dos gastos com o desenvolvimento dos seus fornecedores de tabaco. Para esse reconhecimento foram atendidas as exigências de reconhecimento e mensuração inicial constantes no CPC 04 (R1) - Intangível, quais sejam:

- Existe um ativo identificável que gerará benefícios econômicos futuros esperados;
- É possível determinar com confiabilidade o custo do ativo;
- Capacidade de usar ou vender o ativo intangível.

A constituição do intangível de desenvolvimento de produtores, observou ainda, os demais aspectos da norma contábil, como a viabilidade técnica de concluir o ativo de forma que esteja disponível para uso ou venda, a capacidade de usar ou vender o ativo intangível, disponibilidade de recursos técnicos e financeiros para concluir o seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo e a

intenção de concluir o ativo intangível de forma que esteja disponível para uso ou venda. Os custos incorridos pela Companhia para fomentar a produção de tabaco junto ao produtor rural para assim constituir, desenvolver e manter a carteira de produtores, foram mensurados com a utilização dos custos e despesas despendidos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento do produtor rural. O valor total aplicado no desenvolvimento de produtores totalizou, até 31 de dezembro de 2018, R\$ 105.253 sendo amortizados até esta data o total de R\$ 44.410 e registrado um impairment em períodos anteriores como redução ao valor recuperável no valor de R\$ 8.134 conforme demonstrado na Nota 10. A vida útil estimada da carteira de produtores é estimada em 5 anos e a amortização é calculada de forma linear. Ao fim de cada exercício a Companhia revisa o valor contábil dos seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma redução de valor recuperável (impairment). Para isso, considera como metodologia de cálculo do valor recuperável, a identificação e análise da menor unidade geradora de caixa ou seja, cada região produtora, com os respectivos produtores por região e as estimativas de produção contratadas.

**(b) Softwares**  
Também é parte do valor registrado no intangível o custo histórico de aquisição de softwares, deduzidas das amortizações correspondentes, cuja vida útil estimada é de 5 anos.

**2.8 - Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros da Companhia são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução de



## CTA - CONTINENTAL TOBACCOS ALLIANCE S/A

CNPJ nº 00.095.840/0001-85  
NIRE nº 43 3 0003383 0

valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* dos ativos são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Para fins desse teste, o custo é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa.

**2.9 - Ativo Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábrica, escritórios, área recreativa, centro de treinamento, refeitório e unidades de compra (filiais). O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico mais o custo atribuído, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e o custo atribuído é baseado nas alterações introduzidas no Brasil, em face da adequação às normas internacionais de contabilidade.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. As depreciações foram calculadas pelo método linear com base na expectativa da vida útil dos bens. Os terrenos não são depreciados.

**2.10 - Contas a pagar de fornecedores e credores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 (doze) meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

**2.11 - Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

**2.12 - Provisões:** As provisões para passivos contingentes referentes às ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

**2.13 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

**2.14 - Capital social:** O Capital Social está representado por 992.986 (novecentas e noventa e duas mil, novecentas e oitenta e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A estrutura societária é composta por acionistas pessoas físicas brasileiras e duas pessoas jurídicas norte americanas a saber, G. F. Vaughan Tobacco Co. Inc. e Hail & Cotton (Brazil) LLC. Em 31 de agosto de 2018, com a saída de acionista brasileiro, a Companhia adquiriu 10.075 ações próprias, que permaneceram em tesouraria.

**2.15 - Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

**(a) Venda de produtos – tabaco beneficiado:** As vendas de tabaco realizadas no mercado nacional são reconhecidas no momento que o produto é entregue para o cliente e através da emissão da respectiva nota fiscal de venda e correspondem a 0,38% do total das vendas de tabaco. As exportações indiretas, da mesma forma, são contabilizadas no momento da emissão da nota fiscal de venda equiparada à exportação e a transferência efetiva do controle do bem ao cliente. Já a receita de vendas nas exportações diretas é determinada pela conversão em moeda nacional de seu valor expresso em moeda estrangeira à taxa de câmbio fixada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) em vigor na data de embarque no navio, no porto de origem (Brasil), dos produtos para o exterior, sendo as diferenças decorrentes de alterações na taxa de câmbio tratadas como variações cambiais passivas ou ativas. Cerca de 99,62% de sua produção é voltada ao mercado externo, exportando para mais de 30 países, abrangendo os mercados América do Norte, Europa, Leste Europeu, África, Oriente Médio, América Latina, Ásia e Oceania.

**(b) Venda de mercadorias – insumos de produção:** Para produzir tabacos de qualidade e na quantidade necessária para atender aos seus clientes, a CTA-Continental possui parceria com os produtores rurais através do sistema integrado de produção de tabaco. Dessa forma, a empresa, em comum acordo com o produtor, realiza o fornecimento de insumos, como defensivos, fertilizantes, equipamentos de proteção individual (EPIs) e sementes, garantindo o acesso a um pacote tecnológico de produção que atenda aos princípios de boas práticas agrônômicas e de sustentabilidade. Essas receitas são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal de venda e da entrega da mercadoria ao produtor, em contrapartida a conta de adiantamento a fornecedores de tabaco.

**(c) Receitas financeiras:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

### 2.16 - Conversão em moeda estrangeira:

#### Moeda Funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no

qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

#### Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "resultado financeiro".

#### 2.17 - Instrumentos financeiros

##### (a) Classificação

A partir de 1º de janeiro de 2018, com a adoção do CPC 48, os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado:

- Aplicações financeiras;
- Contas a receber de clientes;
- Adiantamento a fornecedores de tabaco;

Para ativos financeiros demonstrados acima, os ganhos e perdas serão registrados no resultado. A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

##### (b) Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

##### (c) Mensuração

Custo amortizado – os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

##### (d) Impairment de ativos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

##### (e) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui operações de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

##### (f) Políticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2017

Conforme permitido pelas regras de transição do IFRS 9/CPC 48, a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017.

**2.18 - Normas que ainda não estão em vigor:** A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A Companhia definiu uma equipe para o projeto que está revisando todos os contratos de arrendamento da Companhia em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16, porém a administração entende que não haverá impactos relevantes para a Companhia pela aplicação desta norma. Esta norma é obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção, caso o efeito seja relevante. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas). Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

**3 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são provisionadas. As principais operações e saldos impactados por estimativas e julgamentos estão relacionadas à avaliação de perdas ao valor de recuperação de ativos financeiros (contas a receber de clientes e créditos com fumulcutores), na avaliação da recuperabilidade e amortização do ativo intangível, na avaliação do registro de ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos e na determinação de passivos referentes a provisões, detalhadas nas notas 2.4, 2.5, 2.7, 2.13 e 2.17.



As demonstrações financeiras da Companhia foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, que emitiu parecer sem ressalva datado em 26 de fevereiro de 2019.

#### DIRETORIA

Allan Kardec Nunes Bichinho  
Diretor-Presidente  
CEO - Chief Executive Officer

Eduardo Renner  
Diretor Vice-Presidente  
Deputy President

Irineu Afonso Henn  
Diretor Superintendente de Operações  
COO - Chief Operating Officer

Juliana Denise Becker  
Diretor Financeiro/CFO  
Chief Financial Officer

Luciana Schwantz Schuster  
Gerente Contábil  
Contadora CRC-RS 078332/O-1  
CPF: 924.365.520-53

Ângela Regina Fischer  
Diretor Executivo

Carlos Knak  
Diretor Executivo

Gilberto Bender  
Diretor Executivo

Roger Feix  
Diretor Executivo

# ATENDIMENTO AO ASSINANTE.



LIGUE (51) 3213.1313 OU ACESSE [www.jornaldocomercio.com](http://www.jornaldocomercio.com)

# Jovens brasileiras convivem com medo de assédio

Mais da metade (53%) das brasileiras com idade entre 14 e 21 anos convivem diariamente com o medo de ser assediadas. A informação faz parte de um estudo divulgado pela organização internacional de combate à pobreza ActionAid.

De acordo com a entidade, na comparação com o Quênia, a Índia e o Reino Unido, países que também foram pesquisados, as adolescentes brasileiras são as que mais se sentem ameaçadas - no Quênia são 24%, na Índia, 16%, e no Reino Unido, 14%.

Conforme o estudo, o medo diário do assédio afeta 41% das adolescentes entre 14 e 16 anos. O percentual sobe para 56% na faixa que vai dos 17 aos 19 anos e alcança 61% entre 20 e 21 anos.

Para a ActionAid, esses dados sugerem que a consciência sobre os riscos aos quais as mulheres ficam expostas aumenta com o passar do tempo. (ABR)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTAL DO SUL/RS**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2019**  
 O PREFEITO MUNICIPAL DE CRISTAL DO SUL, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 horas, do dia 21 de março de 2019, serão abertos os envelopes do Pregão Presencial nº 07/2019, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO (CLÍNICO GERAL)**. Demais informações e cópias do Edital poderão ser adquiridos na Secretaria Municipal da Administração, nos horários de expediente das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone (55) 3616.2089 ou 3616-2217, site [www.cristaldosul.rs.gov.br](http://www.cristaldosul.rs.gov.br) mail: [pmcristaldosul@yahoo.com.br](mailto:pmcristaldosul@yahoo.com.br). Cristal do Sul-RS, 07 de Março de 2019. **CEZAR DE PELEGRIN - Prefeito Municipal**

**MUNICÍPIO DE BARÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019**  
 Objeto: Transporte Escolar - Linha 07 Data: 02/04/2019, às 08:30 horas. Informações: Fone: (51) 3696-1200; Site: [www.barao.rs.gov.br](http://www.barao.rs.gov.br); ou pelo e-mail: [licitacoes@barao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@barao.rs.gov.br).  
**CLAUDIO FERRARI - Prefeito Municipal**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG  
 PRO-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

PÁTRIA AMADA BRASIL  
 GOVERNO FEDERAL

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**ÓRGÃO:** Universidade Federal do Rio Grande - FURG  
**LICITAÇÃO:** Tomada de Preços nº 01/2019  
**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução da obra de infraestrutura viária - Passarelas do RU ao CC  
**DATA DE ABERTURA:** 25/03/2019 às 14h00min  
**INFORMAÇÕES:** Coordenação de Compras - Avenida Itália, Km 08 - Prédio da PROPLAD, Campus Carreiros - Rio Grande - RS, telefones (53) 3293.5459 ou 3233.6828, e-mail: [edital.duvidas@furg.br](mailto:edital.duvidas@furg.br), das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.  
**RETIRADA DO EDITAL:** O Edital está à disposição dos interessados no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.furg.br](http://www.furg.br).  
**ASSINAM:** Jacy Francisco Martins Hornes - Coordenador de Compras e Elenice Ribes Rickes - Diretora de Administração de Material.

## Predial Bier Uilmann S/A

CNPJ 92.698.240/0001-20 - NIRE 43 3 0002001 1

**Balanco Patrimonial 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - R\$**

	31/12/2018	31/12/2017
<b>ATIVO</b>	<b>1.589.921</b>	<b>1.543.825</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.578.602</b>	<b>1.529.339</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.537	7.806
Créditos	1.572.065	1.521.533
Adiantamentos a Funcionários	15.034	10.737
Adiantamentos a Fornecedores	292	-
Impostos a Recuperar	883	2.075
Devedores por Aluguéis	5.027	5.027
Títulos Vinculados ao Mercado Aberto	1.557.366	1.511.500
Despesas Exercício Seguinte	4.782	6.680
Prêmios de Seguros a Apropriar	4.782	6.680
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.741.248</b>	<b>2.727.813</b>
Depósitos Judiciais	1.100	1.100
Investimentos	137.849	137.849
Imobilizado	2.602.299	2.588.864
Custo Histórico	2.948.790	2.935.355
(-) Depreciações Acumuladas	(346.491)	(346.491)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>4.331.169</b>	<b>4.271.638</b>

**Relatório da Diretoria - Senhores Acionistas:** Em cumprimento aos preceitos legais e estatutários, submeto-nos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2018 e respectivos Demonstrativos pertinentes ao período. Colocamo-nos à inteira disposição de V.Sas., para as informações e esclarecimentos adicionais que desejarem. Porto Alegre, 31 de janeiro de 2019. **A Diretoria**

**Demonstração do Resultado do Exercício 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - R\$**

	31/12/2018	31/12/2017
<b>PASSIVO</b>	<b>205.276</b>	<b>176.207</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>205.276</b>	<b>176.207</b>
Contribuições Previdenciárias	58.933	47.661
Obrigações Tributárias	64.382	54.881
Provisões Trabalhistas	70.762	62.896
Utilidades e Serviços a Pagar	11.199	10.769
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>109.547</b>	<b>199.519</b>
Receitas Diferidas	85.103	185.203
Sócios c/ Corrente	24.444	14.316
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>4.016.346</b>	<b>3.895.912</b>
Capital Social	735.000	735.000
Reservas de Capital	16.209	16.209
Reserva de Reavaliação	776.258	776.258
Reserva p/Incentivos Fiscais	212.809	212.809
Reservas de Lucros	2.276.070	2.155.636
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>4.331.169</b>	<b>4.271.638</b>

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - R\$**

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Res. de Lucros	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>735.000</b>	<b>16.209</b>	<b>776.258</b>	<b>212.809</b>	<b>174.213</b>	<b>1.904.451</b>	-	<b>3.818.940</b>
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	(468.000)	-	(468.000)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	544.972	544.972
Transferência p/conta de Res. de Lucros, conforme Deliberação da Diretoria	-	-	-	-	-	544.972	(544.972)	-
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>735.000</b>	<b>16.209</b>	<b>776.258</b>	<b>212.809</b>	<b>174.213</b>	<b>1.981.423</b>	<b>0</b>	<b>3.895.912</b>
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	(484.000)	-	(484.000)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	604.434	604.434
Transferência p/conta de Res. de Lucros, conforme Deliberação da Diretoria	-	-	-	-	-	604.434	(604.434)	-
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>735.000</b>	<b>16.209</b>	<b>776.258</b>	<b>212.809</b>	<b>174.213</b>	<b>2.101.857</b>	-	<b>4.016.346</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - R\$**

**Nota 01 - Atividades Comerciais:** A Sociedade tem por objeto principal a Administração de bens imóveis próprios. **Nota 02 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, nos seus aspectos materiais. Para fins de apresentação destas demonstrações, esse conjunto de regras é também denominado "BR GAAP". As presentes demonstrações contábeis estão sendo apresentadas comparativamente aos valores referentes ao exercício findo em 31/12/2017. **Nota 03 - Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para as demonstrações contábeis da Companhia (BR GAAP): a) Base de Elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. b) Moeda Funcional e de Apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), a moeda funcional da Companhia. c) Caixa e Equivalentes de Caixa: Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista. d) Títulos Vinculados ao Mercado Aberto: Estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos apropriados conforme regime de competência. e) Investimentos: Foram demonstrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. f) Imobilizado: É demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. g) Depreciação: A Empresa optou por não proceder à depreciação dos seus bens, de acordo com o que faculta o art. 250 do Decreto 1.041, de 11/1994, do Regulamento do Imposto de Renda. h) Passivo Circulante e Não Circulante: Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais auferidos. i) Avaliação do Valor Recuperável de Ativos: Os bens do imobilizado estão em processo de formalização de procedimento de "internal evaluation" para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, eventos ou alterações significativas que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. j) Apuração do Resultado: As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o Regime de Caixa. k) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: A Empresa adotou o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido aplicando as regras do regime de tributação com base no Lucro Presumido. l) Uso de Estimativas: A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, a seu critério, que podem vir a afetar os valores de ativos e passivos, receitas, custos e despesas. Os reais valores podem ser diferentes dos estimados. **Nota 04 - Ativo Imobilizado**

**Demonstração dos Fluxos de Caixa 31 de dezembro de 2018 e 2017 - R\$**

	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>	<b>604.434</b>	<b>544.972</b>
Lucro Líquido do Exercício	604.434	544.972
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais:		
Adiantamentos a Funcionários	(4.297)	111
Adiantamento a Fornecedores	(292)	-
Impostos a Compensar	1.192	8.308
Prêmios de Seguros a Apropriar	1.898	(860)
<b>Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais:</b>		
Obrigações Tributárias e Sociais	20.773	(7.156)
Outras Obrigações	(81.676)	56.348
<b>Disponibilidades Líq. das Ativ. Operacionais</b>	<b>542.032</b>	<b>601.723</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</b>	<b>(13.435)</b>	<b>(2.100)</b>
Aquisição de Investimentos/Imobilizado	(13.435)	(2.100)
Resgate de Títulos Vincul. ao Mercado Aberto	(45.866)	(132.529)
<b>Disponib. Líq. das Ativ. de Investimentos</b>	<b>(59.301)</b>	<b>(134.629)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos</b>	<b>(484.000)</b>	<b>(468.000)</b>
Dividendos Distribuídos	(484.000)	(468.000)
<b>Disponib. Líq. das Ativ. de Financiamentos</b>	<b>(484.000)</b>	<b>(468.000)</b>
<b>Redução das Disponibilidades Líquidas</b>	<b>(1.269)</b>	<b>(906)</b>
Caixa e Equival. de Caixa no Início do Exercício	7.806	8.712
Caixa e Equival. de Caixa no Final do Exercício	6.537	7.806

\*As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis\*

**Nota 05 - Contribuições Previdenciárias**

	2018	2017
INSS a Recolher	15.789	15.103
FGTS a Recolher	4.298	4.199
Contrib. a Recolher	577	1.467
PIS a Recolher	1.223	1.256
COFINS a Recolher	5.646	5.799
CSLL a Recolher	31.400	19.837
<b>Total</b>	<b>58.933</b>	<b>47.661</b>

**Nota 06 - Obrigações Tributárias**

	2018	2017
IRPJ a Recolher	56.641	46.853
IRF a Recolher	7.341	7.236
ISSQN s/ Terceiros	400	792
<b>Total</b>	<b>64.382</b>	<b>54.881</b>

**Nota 07 - Utilidades e Serviços a Pagar**

	2018	2017
Seguros a Pagar	2.659	4.802
Pró-labore a Pagar	6.588	5.753
Adiant. de Clientes	1.200	244
Contas a Pagar	11.199	10.769
<b>Total</b>	<b>11.199</b>	<b>10.769</b>

**Nota 08 - Receitas Diferidas**

	2018	2017
Rendimentos de Aplic. Financeiras	85.103	185.203
<b>Total</b>	<b>85.103</b>	<b>185.203</b>

**Nota 09 - Intrumentos Financeiros:** Os valores de mercados dos instrumentos financeiros ativos e passivos reconhecidos ou estimados, em 31/12/2018, equivalem, aproximadamente, aos valores constantes das demonstrações contábeis, em seus aspectos relevantes. **Nota 10 - Capital Social:** O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 735.000,00 (setecentos e trinta e cinco mil reais), dividido em 2.625.000 ações, subdivididas em 2.214.000 ações ordinárias nominativas e 411.000 ações preferenciais tipo (A) nominativas. **Nota 11 - Cobertura de Seguros:** A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes consideráveis suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Sociedade mantém apólices de seguros contratados junto a seguradoras idôneas do país, havendo sido consultados especialistas na área, seguros estes que levam em consideração a natureza e o grau de riscos envolvidos.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2019

**CLAUDIA STEINER**      **MATIAS MEYER DA SILVA**      **CONTABILIDADE CONFIDOR**      **GIOMAR LOPES DE CARLI**  
 Diretora - CPF 470.259.800-72      Diretor - CPF 335.393.302-49      CNPJ 87.111.498/0001-48 - CRCRS 786      Contadora - CRCRS 55.164 - CPF 385.240.660-91

**MUNICÍPIO DE ERVAL GRANDE**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2019**  
 O MUNICÍPIO DE ERVAL GRANDE - RS torna público, que no dia 03 de Abril de 2019, às 10h00min horas estará recebendo documentos e propostas para contratação de empresa especializada para conclusão do Espaço Educativo Urbano e Rural II - 06 salas - projeto padrão FNDE/MEC. Edital disponível para download no site [www.ervalgrande.rs.gov.br](http://www.ervalgrande.rs.gov.br) Informações e-mail: [adm.ervalgrande@gmail.com](mailto:adm.ervalgrande@gmail.com). Erval Grande, 07 de março de 2019. **AGUSTINO SINISKI - Prefeito.**

**Prefeitura Municipal de Faxinalzinho**  
**PROCESSO Nº016/2019**  
**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N.º 006/2019**  
**O MUNICÍPIO DE FAXINALZINHO - RS,** torna público a rerratificação do edital de pregão presencial nº006/2019, devido a alterações propostas no objeto do edital, a seção fica marcada para o dia 21/03/2019 às 09:00 horas na secretaria de administração.  
 Faxinalzinho, 06 de março de 2019.  
**Selso Pelin, Prefeito**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA VERMELHA/RS**  
**RETIFICAÇÃO DE EDITAL TOMADA DE PREÇOS 03/2019.**  
**Objeto: Contratação de empresa por empreitada global material/serviços para reforma do ginásio poliesportivo da E.M.E.F Antonio Carlos de Andrade Nacul.**  
 1) Fica alterada a cláusula do edital o item "c". Documentação técnica em meio magnético-CD.  
 2) Fica alterada a data de abertura das propostas, a qual passa para o dia 26/03/2019 as 9 horas.  
 3) Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital Tomada de Preços 03/2019. Alterações na integra poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações ou pelo email [compras@lagoavermelha.rs.gov.br](mailto:compras@lagoavermelha.rs.gov.br).  
 Lagoa Vermelha, 07 de março de 2019.  
**GUSTAVO JOSÉ BONOTTO - Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA VERMELHA/RS**  
**TERMO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**  
 O Prefeito Municipal de Lagoa Vermelha, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente na Lei federal 8666/1993 e suas alterações posteriores, RESOLVE ANULAR os processos de licitação. A integra da anulação está à disposição no Diário Oficial do Município, no site: [www.lagoa.vermelha.rs.gov.br](http://www.lagoa.vermelha.rs.gov.br) ou no Departamento Autônomo de Compras e Licitações.  
**PROCESSO: 03/2019**      **MODALIDADE: Concorrência**  
**OBJETO: Serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos**  
 Lagoa Vermelha, 07 de março de 2019.  
**GUSTAVO JOSÉ BONOTTO - Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA VERMELHA/RS**  
**PREGÃO PRESENCIAL 12/2019**  
 O Prefeito Municipal de Lagoa Vermelha - RS, torna público que se acha aberta o presente PREGÃO PRESENCIAL, tipo de licitação "MENOR PREÇO POR ITEM", que será realizada às 09 h do dia 21 de março de 2019, na Secretaria do Planejamento, com a finalidade de receber propostas para CONTRATAÇÃO DE CAMINHÕES PARA O TRANSPORTE DE CASCALHO E DE TERRA, HORAS DE MÁQUINAS PESADAS, CORTE E CARRREGAMENTO DE CASCALHO E DE TERRA, ENTRE OUTROS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA MELHOR ATENDEREMOS AS DEMANDAS POR SERVIÇOS SOLICITADOS NESTA SECRETARIA. Informações e cópia do edital poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal, pelo site [www.lagoavermelha.rs.gov.br](http://www.lagoavermelha.rs.gov.br), ou pelo telefone (54) 3358-9144.  
**GUSTAVO JOSÉ BONOTTO - Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA VERMELHA/RS**  
**PREGÃO PRESENCIAL 11/2019**  
 O Prefeito Municipal de Lagoa Vermelha - RS, torna público que se acha aberta o presente PREGÃO PRESENCIAL, tipo de licitação "MENOR PREÇO GLOBAL", que será realizada às 14 h do dia 21 de março de 2019, na Secretaria do Planejamento, com a finalidade de receber propostas para contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema (s) informatizado (s) de gestão administrativa e saúde. Informações e cópia do edital poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal, pelo site [www.lagoavermelha.rs.gov.br](http://www.lagoavermelha.rs.gov.br), ou pelo telefone (54) 3358-9144.  
**GUSTAVO JOSÉ BONOTTO - Prefeito Municipal**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**RIO GRANDE DO SUL**  
 Campus Caxias do Sul

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

PÁTRIA AMADA BRASIL  
 GOVERNO FEDERAL

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**  
**Chamada Pública nº. 08/2019**  
 O Diretor-Geral do Campus Caxias do Sul do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que se encontra instaurado o Processo Licitatório n.º 28/2019 na MODALIDADE: Chamada Pública (Dispensa de Licitação). **OBJETO: Aquisição de alimentos de agricultores familiares e demais beneficiários para os estudantes do Campus Caxias do Sul do IFRS.** EDITAL a partir de 07/03/2019 das 08:00 às 12:00; e das 13:00 às 17:00 de segunda-feira a sexta-feira. ENDEREÇO: Rua Avelino Antônio de Souza, 1730, Bairro Fátima - Caxias do Sul/RS, pelo e-mail [licitacao@caxias.ifrs.edu.br](mailto:licitacao@caxias.ifrs.edu.br) e no site <http://ifrs.edu.br/caxias/administracao-e-planejamento/licitacoes-e-contratos/licitacoes/>  
**ABERTURA DAS PROPOSTAS: 25/03/2019 às 10 horas, no Departamento de Administração e Planejamento (DAP), sala 206, no mesmo endereço descrito acima.**  
**Caxias do Sul - RS, 07/03/2019**  
**Juliano Cantarelli Toniolo**  
**Diretor-Geral**

**GHC 100% SUS**  
 Grupo Hospitalar Conceição

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PÁTRIA AMADA BRASIL  
 GOVERNO FEDERAL

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**Pregão Eletrônico Registro de Preços**  
**Nº 049/2019 Objeto:** aquisição de Material Médico Hospitalar (ALCA C/ CESTA, CANULA VENOSA, FONÊ DE INSERCAO, PRONGA NASAL, VALVULA HEMOSTATICA, ENTRE OUTROS), pelo Sistema de Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses, para o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. **ABERTURA: 22/03/2019 às 08:00h. Local: Plataforma do Banco do Brasil.**  
**Pregão Eletrônico Registro de Preços**  
**Nº 067/2019 Objeto:** aquisição de Insumos Químicos (ACIDO CLORIDRICO, CLORETO DE OURO REAGENTE, HIDROXIDO DE SODIO, OLEO DE IMERSAO, SOLUCAO DE LUGOL FORTE, TRIPOLIFOSFATO DE SODIO, ENTRE OUTROS), pelo Sistema de Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses, para o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., Hospital Cristo Redentor e Hospital Fêmnia. **ABERTURA: 21/03/2019 às 08:30h. Local: Plataforma do Banco do Brasil.**  
**Porto Alegre (RS), 07 de março de 2019.**  
**Rogério Sele da Silva**  
**Gerente de Materiais**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE UNISTALDA**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 073/2019

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.** Data da abertura: 21/03/2019, às 09:00h. Edital disponível no site [www.unistalda.rs.gov.br](http://www.unistalda.rs.gov.br). Informações pelo e-mail: [licitacao@unistalda.rs.gov.br](mailto:licitacao@unistalda.rs.gov.br) ou pelos fones: (55)3611-5108/5111.

Unistalda, RS, 01º de março de 2019.

JOSÉ AMÉLIO UCHA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Unistalda

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO DE ALCÂNTARA**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2019

**DIRCEU PINHO MACHADO**, Prefeito Municipal de Dom Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as Leis Federais nº 10.520/02 e 8.666/93 e do Decreto Municipal nº 18/2007, torna público para o conhecimento dos interessados o processo licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO** nº 01/2019, tendo como objeto a aquisição de combustíveis, com abertura para o dia 15 de março de 2019, às 16 horas. Cópias do edital e demais documentações poderão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Dom Pedro de Alcântara, sito na Avenida Central, 89, pelo e-mail: [licitacao@dompedrodealcantara.rs.gov.br](mailto:licitacao@dompedrodealcantara.rs.gov.br). Demais informações através do fone (51) 3664-0011.

Dom Pedro de Alcântara, 07 de março de 2019.  
DIRCEU PINHO MACHADO - Prefeito Municipal**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 23/2.019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2.019

O Município de Arroio do Tigre/RS, torna público que no dia 21 de Março de 2019, às 09:30 horas no Centro Administrativo, estará recebendo propostas para aquisição de dois (02) veículos Zero KM, Tipo Camioneta no Chassi ano/modelo 2.019 para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura Obras e Viação. Edital e maiores informações no site: [www.arroiodotigre.rs.gov.br](http://www.arroiodotigre.rs.gov.br) ou pelo fone - 51 3747 1122.

Márciano Ravanello – Prefeito Municipal

**Pesquisa GEM mostra aposta feita na retomada econômica**

Os números da pesquisa GEM (Global Entrepreneurship Monitor) confirmam o processo de recuperação da economia brasileira em 2018 e apontam reflexos positivos no crescimento do empreendedorismo no Brasil.

Segundo a pesquisa, 2018 foi o ano em que, majoritariamente, os empreendedores atuaram de forma a consolidar os negócios criados em períodos anteriores e passaram a se estabelecer como atividade produtiva.

O estudo, realizado no Brasil pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a pesquisa GEM revela que 38% do total de brasileiros em idade produtiva estão envolvidos com algum tipo de atividade

de na área dos micro e pequenos empreendedores, o que representa cerca de 52 milhões de pessoas. De acordo com os dados, é o segundo melhor desempenho para a taxa de empreendedorismo brasileira desde 2002.

“A economia do Brasil vem mudando e a tendência é continuar em crescimento”, analisa o economista Marco Aurélio Bedê, analista de Gestão Estratégica do Sebrae.

De acordo com ele, as mudanças no cenário econômico do Brasil vêm provocando reflexos no comportamento empreendedor do brasileiro. Bedê destaca, por exemplo, o crescimento, pelo terceiro ano consecutivo, das taxas de empreendedoris-

mo de oportunidade - que ocorre após a identificação de uma demanda de mercado e resulta, por consequência, em empresas mais preparadas e sólidas. Nos últimos três anos, a proporção de empreendedorismo por oportunidade no universo de empreendedores iniciais cresceu muito, chegando a 62% em 2018.

“A recuperação desse perfil de empreendedorismo acontece depois de uma queda acentuada entre 2014 e 2015, no auge da crise que atingiu o país”, aponta. Este percentual de 62% encontra-se distante ainda do patamar alcançado em 2012 e 2013, de 71%, porém, apresenta cinco pontos percentuais acima do indicador verificado há três anos. (ASN)

**PRA QUEM  
MORA NA RUA,  
ESSE É O  
TRAVESSEIRO.**

Ajude quem sempre sonhou em ter uma casa, só que bem longe da rua.  
Cadastre seu imóvel para alugar em [aluguelSolidario.poa.br](http://aluguelSolidario.poa.br)  
e receba R\$ 500 por mês de aluguel, por pessoa. Serão moradores pré-selecionados que só precisam de uma chance pra vencer na vida.





19,20,21 MARÇO

**BE BAH!ZAR**

11H ÀS 20H

R. FLORÊNCIO YGARTUA, 208 - MOINHOS DE VENTO



# BE BAH!ZAR

Moda - vestuário e acessórios, gastronomia, decoração e muito amor envolvido em prol das crianças com deficiências do Educandário São João Batista.

♥ **DOE QUALQUER VALOR...** ♥

<b>Doe Bannisul</b>	<b>Doe Caixa:</b>
<b>AG: 0085</b>	<b>AG: 0958</b>
<b>CC: 06.031.666.0-6</b>	<b>OP:003 C.C. 4662</b>
<b>CNPJ: 92967702/0001-67</b>	

♥





VOCÊ FINANCIA  
*mais do que um*  
*caderno*



Colabore e veja como  
você constrói essa história:  
**LBV.ORG/NOTA10.**

